Março/2012

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Concurso Público para provimento de cargos de

Analista Judiciário
Sem Especialidade

Nome do Candidato: Caderno de Prova 'AA', Tipo 003

Nº de Inscrição: MODELO

Nº do Caderno: MODELO1

Nº do Documento: 0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001−0001−0001

P R O V A Objetiva de Conhecimentos Teóricos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 90 questões, numeradas de 1 a 90.

  Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.

  Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: Ⓐ ● Ⓒ Ⓓ Ⓔ

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

GRUPO I

CONHECIMENTOS TEÓRICOS

Português

Atenção: As questões de números 1 a 8 referem-se ao texto abaixo.

O humor que perdura na Belle Époque *brasileira será um humor que almeja cultivar a bonomia, que vê a si próprio como civilizador e cultor de gestos nobres, embora nem sempre esta imagem corresponda à realidade. Há, em princípio, a produção humorística que surge ligada, quase toda ela, ao sentimento da desilusão republicana que atinge a intelectualidade brasileira, que passou pelos eventos da abolição e da República. Abre-se um espaço para a representação humorística pela inflexão provocada pelos próprios eventos e pelas promessas de transformações sociais que elas traziam.*

Contudo, se por um lado a abolição e a inauguração de um regime republicano começam a alimentar muitos sonhos e expectativas sociais, por outro virão apenas aguçar antigos dilemas: o que significava ser brasileiro naquela realidade cada vez mais paradoxal, infinitamente variada, regionalmente diversificada e, sobretudo depois daqueles eventos cruciais, uma realidade indefinida em termos de futuro? A interrogação de Sérgio Buarque de Holanda, em conhecida análise do advento da República, pode se constituir numa síntese deste tema: "Como esperar transformações sociais profundas em país onde eram mantidos os fundamentos tradicionais da situação que se pretendia ultrapassar?"

O advento da República viria proclamar, inicialmente, uma atitude de repúdio difuso à vida rotineira e aos arcaísmos, que seriam a própria negação do progresso, como forma de os indivíduos desamarrarem-se dos modos provincianos e das sociabilidades geradas pela sociedade escravista. Assim, uma atmosfera que ansiava por cosmopolitismo, gerada a partir do Rio de Janeiro, autêntica capital cultural do Brasil na Belle Époque, *percorre o país numa ânsia sôfrega pela europeização e pela modernização. Se a sua difusão foi, com efeito, pouco abrangente e limitada às incipientes manchas urbanas no Brasil do final do século, seu efeito desconcertante foi, por isso mesmo, maior e mais profundo. Se durante a independência esta mesma ansiedade expressava-se, culturalmente, pela atração e busca de raízes nativistas e pelo "desejo de ser brasileiros" – na expressão de Antonio Candido –, neste momento manifesta-se, paradoxalmente, quase que um "desejo de ser estrangeiros".*

(Trecho adaptado de Elias Thomé Saliba. **Raízes do riso**. S.Paulo: Cia. das Letras, 2002. p.66-9)

1. Ambos os segmentos do texto têm o verbo empregado nos mesmos tempo e modo:

(A) *... transformações sociais que elas traziam. // ... que seriam a própria negação do progresso...*

(B) *O humor que perdura na* Belle Époque *brasileira... // ... embora nem sempre esta imagem corresponda à realidade.*

(C) *... transformações sociais que elas traziam. // ... esta mesma ansiedade expressava-se...*

(D) *Abre-se um espaço para a representação humorística... //... que seriam a própria negação do progresso...*

(E) *... embora nem sempre esta imagem corresponda à realidade. // ... uma atmosfera que ansiava por cosmopolitismo...*

2. É correto depreender do texto que a frustração das expectativas geradas pela abolição e pela República levou os intelectuais dos grandes centros a

(A) cultivarem um cosmopolitismo de tipo europeu, num ambiente ainda mais propício que o que lhe dera origem.

(B) se mudarem para a Europa, quando isso era possível, e a buscarem a cidadania europeia.

(C) negarem o progresso e a modernização, condenados como valores europeus importados.

(D) se empenharem ainda mais na valorização da cultura e da arte primitiva produzida no Brasil.

(E) se voltarem para a Europa e a cultivarem valores tipicamente cosmopolitas e europeus.

3. A alusão à independência no último parágrafo possibilita ao autor

(A) enfatizar as semelhanças que os modos de expressão de um período histórico apresentam em relação a um período anterior.

(B) ressaltar a especificidade do momento histórico tratado, cujo contexto em nada lembra o período anterior.

(C) ilustrar como a *Belle Époque* no Brasil foi apenas uma retomada da dúvida existencial sobre ser ou não ser brasileiro.

(D) contrastar dois períodos históricos em que um mesmo sentimento deu origem a formas de expressão opostas.

(E) mostrar que as consequências positivas desse episódio da história brasileira ainda perduravam no tempo da *Belle Époque*.

4. O segmento cujo sentido está adequadamente expresso em outras palavras é:

(A) *aguçar antigos dilemas* = perseguir velhas contestações

(B) *eventos cruciais* = acontecimentos fundamentais

(C) *repúdio difuso* = rejeição instável

(D) *cultivar a bonomia* = cultuar a afetação

(E) *ansiava por cosmopolitismo* = clamava por novidades

5. Atente para as seguintes afirmações sobre a pontuação empregada em segmentos do texto.

I. Em *sentimento da desilusão republicana que atinge a intelectualidade brasileira, que passou pelos eventos da abolição e da República,* a vírgula poderia ser retirada sem prejuízo para a correção e o sentido original.

II. Em *"Como esperar transformações sociais profundas em país onde eram mantidos os fundamentos tradicionais da situação que se pretendia ultrapassar?"*, o emprego das aspas tem como justificativa o destaque que o autor deseja dar à questão central do texto.

III. Em *pela atração e busca de raízes nativistas e pelo "desejo de ser brasileiros" – na expressão de Antonio Candido –, neste momento manifesta-se, paradoxalmente, quase que um "desejo de ser estrangeiros",* os travessões poderiam ser substituídos por parênteses, sem prejuízo para a correção e a lógica.

Está correto APENAS o que se afirma em

(A) II e III.
(B) I.
(C) I e II.
(D) III.
(E) I e III.

6. Atentando-se para a sintaxe, é INCORRETO afirmar que, em

(A) *O advento da República viria proclamar, inicialmente, uma atitude de repúdio,* o segmento grifado desempenha o papel de predicativo do sujeito.

(B) *vê a si próprio como civilizador e cultor de gestos nobres, embora nem sempre esta imagem corresponda à realidade,* o elemento grifado introduz uma oração subordinada adverbial concessiva.

(C) *Há, em princípio, a produção humorística,* o verbo grifado é impessoal e o sujeito da oração, inexistente.

(D) *desilusão republicana que atinge a intelectualidade brasileira,* o segmento grifado exerce a função de objeto direto.

(E) *Abre-se um espaço para a representação humorística,* o segmento grifado exerce a função de sujeito.

7. *... embora nem sempre esta imagem corresponda à realidade.*

O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o grifado acima está empregado em:

(A) *... intelectualidade brasileira, que passou pelos eventos da abolição e da República.*

(B) *... uma atmosfera* [...] *percorre o país numa ânsia sôfrega pela europeização e pela modernização.*

(C) *Há, em princípio, a produção humorística...*

(D) *... um humor* [...] *que vê a si próprio como civilizador e cultor de gestos nobres...*

(E) *... seu efeito desconcertante foi, por isso mesmo, maior e mais profundo.*

8. A substituição do elemento grifado pelo pronome correspondente, com os necessários ajustes no segmento, foi realizada de modo INCORRETO em:

(A) *percorre o país* = percorre-o

(B) *que atinge a intelectualidade brasileira* = que lhe atinge

(C) *virão apenas aguçar antigos dilemas* = virão apenas aguçá-los

(D) *que passou pelos eventos da abolição e da República* = que passou por eles

(E) Como esperar *transformações sociais profundas* = Como esperá-las

Atenção: As questões de números 9 a 12 referem-se ao texto abaixo.

Correspondendo a fragmentos de astros,
A corpos transviados de gigantes,
A formas elaboradas no futuro,
Severas tombando
Sobre o mar em linha azul, as ruínas
Severas tombando
Compõem, dóricas, o céu largo.
Severas se erguendo,
Procuram-se, organizam-se,
Em forma teatral suscitam o deus
Verticalmente, horizontalmente.

Nossa medida de humanos
– Medida desmesurada –
Em Selinunte se exprime:
Para a catástrofe, em busca
Da sobrevivência, nascemos.

(Murilo Mendes. **As ruínas de Selinunte**)

9. Conclui-se corretamente do poema que a condição humana é

(A) esplendorosa.
(B) trágica.
(C) irreprimível.
(D) permanente.
(E) insignificante.

10. *Nossa medida de humanos*

– Medida desmesurada –

Em Selinunte se exprime:

Para a catástrofe, em busca

Da sobrevivência, nascemos.

Mantendo-se a correção, a lógica e, em linhas gerais, o sentido original, uma redação alternativa, em prosa, para os versos acima é:

(A) Nascidos para a catástrofe, cuja desmesurada medida de humanos se exprime em Selinunte, o que buscamos é a sobrevivência.

(B) Conquanto busquemos a sobrevivência, é fato inegável nossa desmesurada medida de humanos, a qual nascemos para a catástrofe, como expresso por Selinunte.

(C) Nossa medida de humanos (medida desmesurada), em Selinunte, se exprime: nascemos em busca da sobrevivência, conquanto encontramos a catástrofe.

(D) Nossa medida de humanos desmesurados, os quais nascemos para a catástrofe, conquanto buscássemos a sobrevivência, ficam expressos por Selinunte.

(E) Nossa desmesurada medida de humanos se exprime em Selinunte: buscamos a sobrevivência, embora tenhamos nascido para a catástrofe.

---

11. A oração principal do longo período inicial do poema, que se estende de C*orrespondendo* até *céu largo*, tem como sujeito:

(A) *corpos transviados.*

(B) *fragmentos de astros.*

(C) *dóricas.*

(D) *as ruínas.*

(E) *formas elaboradas no futuro.*

---

12. *Em forma teatral* <u>*suscitam*</u> *o deus* [....]

Para a catástrofe [...] <u>*nascemos*</u>.

Sobre os verbos grifados acima, é correto afirmar que

(A) *suscitam* é intransitivo; *nascemos* é transitivo indireto, tendo *Para a catástrofe* como complemento.

(B) *suscitam* é transitivo direto, tendo *o deus* como complemento; *nascemos* é transitivo indireto, tendo *Para a catástrofe* como complemento.

(C) *suscitam* é intransitivo; *nascemos* é intransitivo.

(D) *suscitam* é transitivo direto, tendo *o deus* como complemento; *nascemos* é transitivo direto, tendo *a catástrofe* como complemento.

(E) *suscitam* é transitivo indireto, tendo *Em forma teatral* como complemento; *nascemos* é intransitivo.

<u>Atenção</u>: Para responder às questões de números 13 a 15, considere as observações abaixo de Davi Arrigucci sobre o poema.

Como construção humana, as ruínas de Selinunte são um produto histórico, constituindo mesmo um índice de uma época precisa que por elas se ..... reconhecer. Assim, estas ruínas são o que sobreviveu da antiga Selinunte, que foi fundada no século VI a.C. por colonos gregos e arrasada por Haníbal em 409 a.C.

....., portanto, os escombros marcados por acontecimentos históricos e naturais: as ruínas indiciam os fatos históricos e ..... em si todas as catástrofes; mas são também a sobrevivência, pois permanecem eternas como a pedra.

Assim, as ruínas, que portam a marca do homem, são substituídas por figuras que vão além da medida do esperado conforme as dimensões humanas.

(Davi Arrigucci. **O cacto e as ruínas**. São Paulo: Ed.34, 2.ed. 2000, p.145-146, com adaptações)

13. *constituindo* [...] <u>*um índice de uma época*</u>

indiciam <u>*os fatos históricos*</u>

portam <u>*a marca do homem*</u>

Substituindo-se os elementos grifados acima por um pronome, fazendo-se as alterações necessárias, o resultado correto será, respectivamente:

(A) constituindo-a - os indiciam - portam-na

(B) constituindo-o - indiciam-nos - portam-na

(C) constituindo-lhe - indiciam-nos - portam-lhe

(D) lhe constituindo - lhe indiciam - portam-no

(E) constituindo-o - o indiciam - portam-lhe

---

14. Preenchem corretamente as lacunas do texto acima, na ordem dada:

(A) deixam - Restou - resume

(B) deixa - Restaram - resumem

(C) deixam - Restaram - resume

(D) deixam - Restou - resumem

(E) deixa - Restou - resumem

---

15. *... antiga Selinunte, que foi fundada no século VI a.C. por colonos gregos e arrasada por Haníbal em 409 a.C.*

Reescrevendo-se a frase acima na voz **ativa**, as formas verbais resultantes serão, respectivamente:

(A) fundariam - arrasaria

(B) fundou - arrasou

(C) fundaram - arrasou

(D) fundou - arrasaram

(E) fundam - arrasa

Atenção: As questões de números 16 a 21 referem-se ao texto abaixo.

Godofredo Rangel – Um escritor delicado

Godofredo Rangel parecia pedir desculpas por ser escritor, num tempo em que tantos simulam essa condição. Ninguém menos do que ele ostentava o dom natural. O isolamento em pequenas comarcas do interior, como juiz, dava-lhe igualmente motivos para desistir e força para continuar, pois a vocação literária se nutre de contrários. Tantos anos levou nessa luta contra o meio, não digo hostil, pior do que isso: indiferente, e contra a própria timidez, que, ao atingir uma cidade onde os contatos culturais já não eram abstratos, e sim um aspecto habitual da vida, o criador deixara nele de funcionar. Rangel mergulhara no Túnel da Tradução, de onde os escritores saem fatigados e sem rosto.

Não direi mal dos tradutores, e Godofredo Rangel era dos bons. Lastimo apenas que cada vez mais seja impossível nos entregarmos àqueles trabalhos de penetração do texto literário e de transposição de sua essência misteriosa, de um para outro invólucro, tão só pelo prazer do exercício arriscado. Quem ler ***A barca de Gleyre***** perceberá facilmente como e por que um autor é arrastado ao ofício de tradutor, como se profissionaliza e, mesmo dando à sua tarefa o desempenho mais escrupuloso, não consegue alçá-la à categoria de obra de arte. De resto, distingue o trabalho de tradutor um fundo de humildade que haveria de comprazer ao romancista Rangel, humilde de natureza.*

Meu cortês, meu douto, meu caro e bom Godofredo Rangel: agora que morreste, posso bem dizer que não te conheci menos porque pouco te frequentei. E se me lastimo porque a vida não me permitiu privar de tua companhia, deixa estar que nós mineiros, e entre os mineiros os de certo tipo de sensibilidade, em rigor não carecemos de presença física para a funda convivência.

(Adaptado de Carlos Drummond de Andrade. **Passeios na ilha**)

* ***A barca de Gleyre*** *– Edição em livro da correspondência entre Godofredo Rangel e Monteiro Lobato.*

16. Ao traçar o perfil do escritor Godofredo Rangel, Carlos Drummond de Andrade destaca, além dos traços da delicadeza e da humildade,

(A) uma personalidade dividida entre as razões que encontra para persistir na literatura e aquelas que, pelo contrário, o incitam a abandoná-la.

(B) uma vocação oscilante entre a produção e a crítica de arte, a se levar em conta o que o próprio escritor confessou, nas páginas de **A barca de Gleyre**.

(C) algumas circunstâncias biográficas, reveladoras de uma personalidade expansiva que não conseguiu se desenvolver em virtude do meio acanhado em que sempre viveu.

(D) certa inaptidão para a política, o que lhe trouxe dificuldades para ser reconhecido como escritor numa cidade de vida cultural muito competitiva.

(E) sua competência de tradutor, que o fez amadurecer como ficcionista, capaz de promover análises penetrantes dos enigmas humanos.

17. *Não direi mal dos tradutores, e Godofredo Rangel era dos bons*.

O tipo de articulação lógica que se estabelece entre os dois segmentos é equivalente ao que se estabelece entre os segmentos destacados em

(A) Vem colhendo os frutos de sua tradução, // razão pela qual pensa em fazer uma nova carreira.

(B) Ele não é mau tradutor, // mesmo assim a editora o dispensou.

(C) Seu texto não chegou a ser criticado, // até porque não lhe faltavam altas virtudes.

(D) Foi muito elogiado como tradutor, // no entanto lhe faltavam dotes de criador.

(E) Há muito rigor na crítica aos tradutores, // não importa quanto venham a esforçar-se.

18. Atente para as seguintes afirmações:

I. No 1º parágrafo, o autor do texto mostra sua admiração pelo ofício de tradutor, graças ao qual seu amigo Godofredo Rangel foi reconhecido e se consagrou como escritor e intelectual.

II. No 2º parágrafo, o autor mostra-se convencido de que o trabalho da tradução requer certos atributos pessoais que o tornam pouco atraente para pessoas tímidas e muito escrupulosas.

III. No 3º parágrafo, o autor faz ver que entre ele e Godofredo Rangel, marcados ambos pela condição mineira, a distância física e a pouca sociabilidade não impedem uma funda intimidade.

Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em

(A) II e III.
(B) I e II.
(C) III.
(D) II.
(E) I.

19. Considerando-se o contexto, deve-se entender que o segmento

(A) *me lastimo porque a vida não me permitiu privar de tua companhia* faz ver que a privação de uma companhia é uma lamentável mas natural circunstância da nossa vida.

(B) *Ninguém menos do que ele ostentava o dom natural* equivale a uma admissão de que apenas Godofredo Rangel não se vangloriava de ser um escritor.

(C) *Rangel mergulhara no Túnel da Tradução, de onde os escritores saem fatigados e sem rosto* alude ao fato de que os tradutores lutam inutilmente contra a desejável despersonalização.

(D) *não digo hostil, pior do que isso: indiferente* enfatiza o fato de que, para um escritor, a falta de reação do público só não é mais hostil do que um desagrado manifesto.

(E) *posso bem dizer que não te conheci menos porque pouco te frequentei* deixa claro que, mesmo sem um estreito convívio, o autor do texto sentiu-se muito próximo do amigo.

20. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:

(A) Godofredo Rangel considerava-se tão submisso em sua tarefa de escritor que chegava a lastimar-se junto a aqueles que assim o julgavam.

(B) Drummond foi também um grande tradutor, ainda assim nunca deixou de lamentar as injustiças e a falta de reconhecimento a que todos eles acabam sendo vítimas.

(C) No último parágrafo, Drummond deixa de se referir a Godofredo Rangel para dirigir-se diretamente a ele, no tom de uma carta em que a distância invencível só intensifica a profundidade do afeto.

(D) Conforme se pode aquilatar, o livro **A barca de Gleyre** deve de conter confissões de Godofredo Rangel, inclusive onde ele se queixaria como é que foi arrastado para a tradução.

(E) Ao se valer da expressão *Túnel da Tradução*, é o escuro deste que se expressa, figurando uma passagem difícil para o tradutor, entre uma ponta e outra de seu trabalho sempre desconsiderado.

---

21. Quanto às normas de concordância verbal, está plenamente correta a frase:

(A) Não faltam aos mineiros de grande sensibilidade, afirma Drummond, ainda quando distantes, o calor dos grandes afetos.

(B) Há desculpas que a ninguém compete pedir, mas Godofredo Rangel parecia pedi-las, quando se lhe reconheciam qualidades de escritor.

(C) O isolamento em que vivem os artistas nas pequenas cidades do interior acabam por torná-los uns melancólicos.

(D) Por que não se reconhece os atributos de um bom tradutor, que bem poderia lhe propiciar o mesmo prestígio devido a um ficcionista?

(E) Os sociólogos costumam condenar os estereótipos, mas Drummond vale-se deles para admitirem os laços singulares de sua amizade.

Atenção: As questões de números 22 a 24 referem-se ao texto abaixo.

Jamais nos atemos ao tempo presente. Antecipamos o futuro, algo demasiado lento por vir, como para acelerar seu curso; ou nos lembramos do passado, a fim de detê-lo, tão rápido nos parece. De tão imprudentes, vagamos nos tempos que não são nossos e deixamos de pensar no único que nos pertence. E de tão vãos, pensamos nos tempos que nada são e escapamos, sem refletir, do único que subsiste. É que o presente, de costume, nos fere. Ocultamo-lo da visão porque nos aflige; e se nos é agradável, lamentamos vê-lo escapar. Esforçamo-nos para sustentá-lo através do futuro, e projetamos coisas que não estão em nosso poder num tempo que não sabemos se irá chegar. Se cada um examinar seus pensamentos, irá encontrá-los todos ocupados no passado ou no futuro. O presente jamais é nosso fim. Assim, nunca vivemos, mas sim esperamos viver. E nos dispondo sempre a ser felizes, acabamos por nunca sê-lo.

(Pascal. In: Pierre Levy. **O fogo liberador**. São Paulo: Iluminuras, 2001. p.65)

22. Conclui-se corretamente do texto que

(A) o passado deve ser esquecido, enquanto o futuro deve ser planejado.

(B) a infelicidade vem do esquecimento do passado.

(C) a incapacidade de viver no presente leva à infelicidade.

(D) a reflexão sobre o futuro leva a um caminho seguro.

(E) as lembranças do passado nos ajudam a viver o presente.

23. *Você é ..... favor da alegria?*

Nenhum bem é superior ..... alegria de viver aqui e agora.

Não há bem preferível ..... felicidade da pessoa que está diante de nós, aqui e agora.

(Reflexões de Pierre Levy. **O fogo liberador**. São Paulo: Iluminuras, 2001)

Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:

(A) a - à - à

(B) à - à - à

(C) a - à - a

(D) à - a - à

(E) à - à - a

---

24. Atente para as afirmações a respeito da frase transcrita abaixo.

Ocultamo-lo da visão porque nos aflige; e se nos é agradável, lamentamos vê-lo escapar.

I. Os elementos grifados referem-se a um mesmo antecedente, ou seja, *o presente*.

II. Os verbos ocultar, afligir e lamentar estão flexionados nos mesmos tempo e modo.

III. Mantendo-se a correção e a lógica, o segmento *porque nos aflige* pode ser substituído por **porquanto que aflige a nós.**

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.
(B) I, II e III.
(C) I e II, apenas.
(D) I e III, apenas.
(E) II e III, apenas.

Atenção: As questões de números 25 e 26 referem-se à tirinha abaixo.

(Bill Watterson. **Yukon ho!** S.Paulo: Conrad, 2008, p.20)

25. De acordo com o contexto, a expressão *culpa em potencial,* utilizada pelo pai de Calvin, tem o sentido de uma culpa que

(A) viria inevitavelmente a ser sentida um dia, mesmo que fosse agora expiada.

(B) já era real por antecipação, o que não significava que pudesse ser de fato expiada.

(C) seria sentida no futuro e assim também devia ser expiada futuramente.

(D) era virtual e por isso demandava uma expiação também virtual.

(E) poderia ser sentida no futuro e por isso era já expiada no presente.

26. Supondo-se que um dia viesse a ocorrer o que Calvin diz ao pai no segundo quadrinho, esta frase poderia dar notícia do fato:

O pai de Calvin acordou um dia e se perguntou para onde ..... todos aqueles anos, e se ..... que era isso mesmo o que o filho, ainda criança, um dia lhe ..... que iria acontecer.

(A) tinham ido - lembrara - havia dito

(B) foram - lembrava - disse

(C) tinham ido - lembrou - dissera

(D) foram - lembrara - teria dito

(E) teriam ido - lembrou - diria

Atenção: As questões de números 27 a 30 referem-se ao texto abaixo.

Carta de leitor

Li o artigo de Roberto Pompeu de Toledo num fôlego só. A redação em si é um atrativo à parte: analítica, sem ser fria; sensível, longe de ser piegas. Impecável. As histórias de vida das crianças e adolescentes vítimas das drogas são chocantes. Impossível não se emocionar diante da infância perdida, da rejeição dos pais e da sociedade. Mas também é muito gratificante conhecer o trabalho de instituições como o SAID e o Jovem Samaritano, comandadas por profissionais sérios, envolvidos com a difícil tarefa de tentar resgatar essas crianças das drogas e da indigência. O outro lado da lua é muito mais escuro do que se imaginava...

(Lúcia Galante, São Paulo – Revista **Piauí**, 57, junho/2011)

27. Nessa carta à revista **Piauí**, a leitora Lúcia Galante refere-se a um artigo de Roberto Pompeu de Toledo, no qual, segundo ela,

(A) o estilo objetivo, sem sentimentalismos, mostra-se eficaz ao retratar com expressão a vida de menores viciados, à margem da atenção dos pais e da sociedade.

(B) um grande apelo retórico intima os leitores a juntarem-se e criarem instituições para combater a difusão de drogas entre crianças abandonadas.

(C) uma linguagem impecável dá força à dissertação sobre a dependência das drogas, ilustrando-a com os fatos que colheu da observação da vida dos menores na rua.

(D) a linguagem vibrante e colorida é capaz de retratar o pitoresco da situação em que vivem crianças abandonadas, sujeitas ao tráfico de drogas e ao aliciamento de criminosos.

(E) o poder de análise lembra um ensaio científico, apesar da plena empatia do autor com o cotidiano dos menores de rua, que lutam para escapar ao mundo do vício.

28. A supressão das vírgulas altera o sentido da seguinte frase:

(A) Os menores de rua, que o vício das drogas arrebatou, demandam com urgência que os resgatemos desse inferno.

(B) Meninos de rua são, quase sempre, vistos como párias sociais, e não como vítimas.

(C) Saber que, felizmente, há instituições como o SAID é motivo para alento e renovação de esperanças.

(D) Não há, hoje em dia, quem possa alegar desconhecimento da situação dos jovens viciados.

(E) Aqui e ali, podemos nos deparar com o trágico quadro de menores entregues ao destino das ruas.

29. Atente para as seguintes afirmações:

I. A autora da carta deixa ver que o abandono das crianças viciadas, denunciado no artigo de Roberto Pompeu de Toledo, constitui um mal e um impasse social que continuam à margem de quaisquer iniciativas reparadoras.

II. Entre as mazelas que marcam fundo a vida dos jovens viciados, segundo a autora da carta, estão a infância que deixou de ser vivida e o caráter de exclusão familiar e social.

III. Ao dizer que *o outro lado da lua é muito mais escuro do que se imaginava*, a autora da carta sugere que a dura realidade até então oculta é bem pior do que se suspeitava.

Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em

(A) II e III.

(B) I e II.

(C) III.

(D) II.

(E) I.

30. Transpondo-se para a voz passiva a frase **O estilo e o assunto do artigo viriam a sensibilizar a leitora**, obtém-se a forma verbal:

(A) viriam a ser sensibilizados.

(B) vinha sendo sensibilizada.

(C) veio a ser sensibilizada.

(D) viria a ser sensibilizada.

(E) vêm sensibilizando-a.

Informática

31. No *Microsft Windows XP Professional,* para verificar a versão do *Windows,* os dados do processador e a quantidade de memória RAM do computador, clica-se com o botão direito do *mouse* na opção Meu Computador e seleciona-se a opção

(A) Explorar.

(B) Sistema.

(C) Pesquisar.

(D) Gerenciar.

(E) Propriedades.

32. Sobre arquivos e pastas no *Microsoft Windows XP Professional* e no *Microsoft Windows 7,* é correto afirmar:

(A) o nome de uma pasta pode conter qualquer caractere possível de se obter por meio do teclado.

(B) por padrão, um arquivo excluído de um *pen drive* não vai para a lixeira.

(C) é possível criar subpastas apenas dentro da pasta Meus Documentos.

(D) uma pasta deve conter apenas um tipo de arquivo.

(E) é possível copiar arquivos de uma pasta para outra, porém, não é possível movê-los.

33. O processador é o componente que realiza as funções de cálculo e tomada de decisão em um computador. A memória *RAM (Random Access Memory)* é um componente que permite armazenamento e leitura de dados em um computador. Normalmente o processador é conectado à memória RAM por meio de um barramento de memória dedicado.

Com relação ao tema, analise as asserções a seguir.

De certa forma, a memória RAM impede que o computador obtenha seu desempenho máximo

PORQUE

O processador é muito mais rápido que a memória RAM e muitas vezes ele tem que ficar esperando a memória estar disponível para poder entregá-la um determinado dado.

Acerca dessas asserções, é correto afirmar:

(A) As duas asserções são proposições verdadeiras, mas a segunda não é a justificativa correta da primeira.

(B) Tanto a primeira quanto a segunda asserções são proposições falsas.

(C) A primeira asserção é uma proposição verdadeira, e a segunda, uma proposição falsa.

(D) A primeira asserção é uma proposição falsa, e a segunda, uma proposição verdadeira.

(E) As duas asserções são proposições verdadeiras, e a segunda é a justificativa correta da primeira.

34. No *Microsoft Windows XP Professional* e no *Microsoft Windows 7,* é possível definir que um arquivo poderá ser lido, mas as modificações feitas nele não poderão ser gravadas. Para definir isto, clica-se com o botão direito do *mouse* sobre o nome do arquivo, clica-se na opção

(A) Atributos e, na guia Ferramentas, seleciona-se a opção Somente leitura.

(B) Editar e, na guia Resumo, desmarca-se a opção Permitir gravação.

(C) Propriedades e, na guia Geral, desmarca-se a opção Permitir gravação.

(D) Propriedades e, na guia Geral, seleciona-se o atributo Somente leitura.

(E) Sistema e, na guia Geral, seleciona-se a opção Leitura e gravação e desmarca-se a opção Permitir gravação.

35. Com relação ao pacote *Microsoft Office 2007*, analise:

I. No *Microsoft Office Word 2007,* é possível colocar em ordem alfabética o texto de uma lista com marcadores ou numerada de um nível.

II. Do pacote *Microsoft Office 2007,* apenas no *Microsoft Word* é possível limpar toda a formatação (como negrito, sublinhado, itálico, cor, sobrescrito, subscrito etc.) do texto e retorná-lo aos estilos de formatação padrão.

III. No *Microsoft Office Word 2007,* ao mostrar as marcas de formatação do documento, aparecem pontos onde deveriam existir espaços, setas onde deveriam existir tabulações e outros caracteres não esperados.

IV. No *Microsoft Office Excel 2007,* é possível dividir uma célula mesclada em células separadas novamente e também dividir uma única célula que não tenha sido mesclada.

Está correto APENAS o que se afirma em

(A) II e IV.
(B) I e II.
(C) I e III.
(D) II e IV.
(E) III.

GRUPO II

Direito Administrativo

36. O princípio da legalidade, quando dirigido à Administração Pública, expressa-se, entre outras hipóteses, na

(A) limitação da esfera de atuação da Administração Pública para imposição de restrição aos direitos dos administrados.

(B) permissão para a Administração Pública praticar todos os atos que a lei não proíba.

(C) concessão de benefícios a servidores valendo-se como fundamento exclusivamente a analogia.

(D) restrição à esfera de direitos dos administrados, exceto quando se tratar de poder discricionário, que dispensa previsão legal.

(E) obrigação de respeitar integralmente os direitos individuais dos administrados, sendo-lhe vedada a imposição de qualquer restrição ou limitação.

37. O contraditório e a ampla defesa são garantias conferidas aos administrados em processos

(A) administrativos que possam ensejar restrição a direito dos interessados.

(B) judiciais e administrativos, desde que disciplinares.

(C) judiciais, em qualquer fase, e administrativos, exceto no que se refere à apresentação de recurso, vedada na esfera administrativa.

(D) judiciais, expressamente, e em processos administrativos, apesar de não haver expressa previsão constitucional.

(E) administrativos, desde que não tenham sido instaurados por provocação dos interessados, hipótese em que toda a prova das alegações deve vir juntada ao requerimento inicial.

38. Com relação às prerrogativas e sujeições dos entes que integram a Administração Indireta, tem-se que as

(A) fundações, ainda que públicas, submetem-se ao regime jurídico de direito privado, o que afasta a imunidade tributária relativa a impostos sobre o patrimônio e a submissão à tutela do ente que as instituiu.

(B) empresas públicas submetem-se ao processo especial de execução previsto no artigo 100 da Constituição Federal e gozam de imunidade tributária relativa a impostos sobre o patrimônio.

(C) autarquias gozam de imunidade tributária relativa a impostos sobre o patrimônio e seus bens estão protegidos pela impenhorabilidade, submetendo-se, ainda à tutela do ente instituidor.

(D) empresas públicas submetem-se ao processo especial de execução previsto no artigo 100 da Constituição Federal, o que não afasta a submissão à tutela do ente que as instituiu.

(E) fundações públicas e as autarquias submetem-se ao regime geral de execução, embora gozem de imunidade tributária relativa a impostos sobre o patrimônio.

39. A autotutela que informa a atuação da Administração Pública compreende

(A) a anulação dos atos administrativos eivados de vício de ilegalidade, observado o prazo decadencial.

(B) a possibilidade de revogar os atos ilegais que tenham sido praticados no âmbito da Administração.

(C) a faculdade de anular os atos administrativos por razões de oportunidade e conveniência, atendendo ao interesse público.

(D) o dever de revogar os atos administrativos por vício de ilegalidade, retroagindo seus efeitos à data da edição do ato.

(E) o dever de anular os atos administrativos por razões de oportunidade e conveniência, atendendo ao interesse público.

40. Dentre os atributos do ato administrativo, aquele que se traduz na imposição a terceiros, independentemente de sua concordância, é a

(A) presunção de legitimidade.
(B) tipicidade.
(C) autoexecutoriedade.
(D) imperatividade.
(E) presunção de veracidade.

Direito Constitucional

41. Por meio da Lei Complementar Estadual nº 87, de dezembro de 1997, e alterações posteriores, foi instituída a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, com vistas à organização, ao planejamento e à execução de funções públicas de interesse metropolitano ou comum. Por intermédio da mesma lei complementar e com a finalidade de organizar, planejar e executar funções públicas de interesse comum, foi ainda instituída a Região da Costa Verde, dividida em duas microrregiões.

Considerada a disciplina constitucional da matéria, é correto afirmar que, no que se refere aos pontos acima destacados,

(A) somente a União poderia instituir a Região Metropolitana, uma vez que entre seus objetivos estão a organização e o planejamento de funções públicas de interesse comum.

(B) a instituição da Região Metropolitana foi realizada em conformidade com as exigências da Constituição da República, mas a instituição das microrregiões poderia ter sido feita por lei ordinária.

(C) a instituição da Região Metropolitana e das microrregiões foi realizada em conformidade com as exigências da Constituição da República, quanto a forma e finalidades.

(D) a instituição da Região Metropolitana e das microrregiões não poderia visar à execução de funções públicas de interesse comum, mas tão somente a sua organização e seu planejamento.

(E) o Estado não poderia instituir Região Metropolitana sem prévia autorização da União, mas tão somente as microrregiões.

42. No curso de processo administrativo tendo por objeto a apuração de faltas funcionais por servidor dos quadros do Poder Judiciário, entende a autoridade que conduz o processo pela necessidade de compilação de provas contundentes dos atos supostamente faltosos, considerando apto a esse fim o acesso às comunicações telefônicas do servidor, mantidas tanto em sua unidade de lotação quanto a partir de sua residência.

Nessa hipótese, considerada a disciplina constitucional dos direitos e garantias fundamentais, a prova pretendida

(A) poderá ser produzida, desde que mediante determinação judicial, restringindo-se, no entanto, a interceptação das comunicações telefônicas residenciais ao período diurno.

(B) poderá ser produzida, desde que mediante determinação judicial, ficando restrita, contudo, às comunicações telefônicas mantidas em sua unidade de lotação.

(C) poderá ser produzida, independentemente de determinação judicial específica, por se tratar de processo administrativo que tramita perante o próprio Poder Judiciário, garantindo-se ao acusado, contudo, o contraditório e a ampla defesa.

(D) poderá ser produzida, desde que mediante determinação judicial, podendo atingir igualmente as comunicações telefônicas mantidas no ambiente de trabalho e as residenciais, a qualquer hora do dia.

(E) não poderá ser produzida, nem mesmo por determinação judicial, uma vez que a Constituição somente autoriza a realização de interceptação telefônica para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

43. Uma magistrada de primeira instância da Justiça estadual é casada com um membro do Ministério Público estadual, sendo ambos integrantes das carreiras respectivas desde fevereiro de 2010, em virtude de aprovação em concurso público. Como, porém, estão lotados em comarcas distintas, mantêm residências separadas e pretendem, agora, voltar a residir juntos.

Consideradas as normas da Constituição da República aplicáveis ao caso, a magistrada

(A) estará impedida de mudar-se da comarca em que é lotada, por ser inamovível, ao passo que o membro do Ministério Público dependerá de decisão do órgão colegiado competente da instituição, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, para mudar-se.

(B) estará obrigada a residir na comarca respectiva, mas o membro do Ministério Público poderá requerer autorização do chefe da instituição para residir fora da comarca de sua lotação.

(C) dependerá de decisão por voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça para residir fora da comarca respectiva, mas o membro do Ministério Público estará impedido de mudar-se, por ser inamovível.

(D) estará obrigada a residir na comarca respectiva, assim como o membro do Ministério Público, por serem ambos inamovíveis.

(E) poderá requerer autorização do respectivo tribunal para residir fora da comarca respectiva, assim como o membro do Ministério Público poderá requerer autorização do chefe da instituição para residir fora da comarca de sua lotação.

---

44. Um servidor público estável, ocupante de cargo efetivo em órgão da administração direta municipal, perde o cargo mediante processo administrativo, em que lhe é assegurada ampla defesa. Questionando judicialmente a decisão administrativa, o servidor reverte a decisão, sendo sua demissão invalidada por sentença judicial, anos mais tarde. Durante esse período, a vaga foi preenchida por servidora estável, que permaneceu no exercício efetivo do cargo.

Nesse caso,

(A) o servidor será reintegrado no cargo e a ocupante da vaga, sendo estável, será reconduzida ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitada em outro cargo ou posta em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

(B) a demissão processou-se irregularmente, pois o servidor público estável somente pode perder o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de procedimento de avaliação periódica de desempenho, assegurada ampla defesa.

(C) a invalidação da demissão por sentença judicial é irregular, pois a Constituição admite a perda de cargo de servidor público estável mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

(D) o servidor será submetido a avaliação especial de desempenho, por comissão instituída para essa finalidade, como condição para sua reintegração no cargo.

(E) o servidor ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo, permanecendo a ocupante da vaga no cargo em questão.

45. Considere o seguinte extrato de ata de julgamento, publicado no Diário Oficial de 27 de novembro de 2009:

Proposta de súmula vinculante 21

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, acolheu e aprovou a proposta de edição da Súmula Vinculante nº 21, nos seguintes termos: 'É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo'. Votou o Presidente, Ministro Gilmar Mendes. Manifestou-se, pelo Ministério Público Federal, o Dr. Haroldo Ferraz da Nóbrega. Ausentes, licenciado, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa e, justificadamente, o Senhor Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 29.10.2009.

A esse respeito, analise as seguintes afirmações, à luz das normas da Constituição da República relativas à edição de súmulas vinculantes:

I. Trata-se de aprovação de proposta de súmula de efeito vinculante pelo Supremo Tribunal Federal.

II. A súmula em questão, por se referir a recurso administrativo, vinculará órgãos e entes da administração direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, mas não os demais órgãos do Poder Judiciário.

III. A partir da publicação da Súmula Vinculante nº 21, o ato administrativo que implicar a exigência de depósito prévio de dinheiro para admissibilidade de recurso administrativo poderá ser objeto de reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo reclamado e determinará que outro seja proferido com a aplicação da súmula.

Está correto o que se afirma em

(A) I e III, apenas.

(B) I, II e III.

(C) I, apenas.

(D) II, apenas.

(E) I e II, apenas.

Direito Processual Civil

46. No tocante à capacidade processual,

(A) verificando a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz de imediato extinguirá o processo sem resolução de mérito.

(B) a participação do cônjuge do autor ou do réu é sempre indispensável nas ações possessórias.

(C) o cônjuge não necessita do consentimento do outro para a propositura de qualquer ação.

(D) o juiz dará curador especial ao réu que, citado pessoalmente, tornar-se revel.

(E) ambos os cônjuges serão citados nas ações que versem sobre direitos reais imobiliários, se casados sob o regime da comunhão parcial de bens.

47. Os atos processuais

(A) não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir, reputando-se válidos os que, realizados de outro modo, lhe preencham a finalidade essencial.

(B) podem ser praticados pelo lançamento, nos autos, de cotas marginais ou interlineares, sem qualquer consequência processual.

(C) não podem ser realizados por meios eletrônicos, por ainda inexistir regulamentação legal sobre a matéria.

(D) em regra, correm em segredo de justiça, excepcionalmente podendo-se dar publicidade a eles.

(E) não podem, em regra, ser presenciados exceto pelas partes e por seus advogados.

48. Quanto às despesas e honorários advocatícios processuais,

(A) sempre que um litigante decair de parte mínima do pedido, haverá responsabilidade proporcional pelas despesas e honorários, no percentual respectivo.

(B) compete ao autor adiantar as despesas relativas a atos, cuja realização o juiz determinar de ofício ou a requerimento do Ministério Público.

(C) se cada parte for em parte vencedor e vencido, caberá ao autor pagar os honorários e as despesas, por ter tido a iniciativa do processo.

(D) se o processo terminar por desistência ou reconhecimento do pedido, as despesas e os honorários serão pagos igualmente pelas partes.

(E) as despesas dos atos processuais, efetuados a requerimento do Ministério Público ou da Fazenda Pública, serão sempre pagas ao final pelo Estado.

49. No que se refere à competência,

(A) o domicílio do alimentante é o competente para a ação em que se pedem alimentos.

(B) a ação em que o incapaz for réu se processará no foro de seu próprio domicílio.

(C) se tiver mais de um domicílio, o réu será demandado no foro do autor, necessariamente.

(D) a ação fundada em direito pessoal e a ação fundada em direito real sobre bens móveis serão propostas, em regra, no foro do domicílio do réu.

(E) nas ações fundadas em direito real sobre imóveis é competente o foro da residência do proprietário do bem.

50. Compete ao juiz em sua atuação processual,

(A) se ficar convencido, pelas circunstâncias da causa, de que o autor e réu se serviram do processo para praticar ato simulado ou conseguir fim proibido por lei, proferir sentença que obste aos objetivos das partes.

(B) apreciar a prova dos autos de acordo com a hierarquia de relevância prevista em lei.

(C) decidir por equidade toda vez que entender que a lei é omissa ou insuficiente para realizar a justiça.

(D) desde que requerido pela parte, e apenas quando provocado nos autos, determinar as provas necessárias à instrução do processo, indeferindo as diligências inúteis ou meramente protelatórias.

(E) dar início aos processos toda vez que entender que a questão é de interesse social.

51. Examinadas a formação, a suspensão e a extinção do processo,

(A) extingue-se o processo quando a sentença de mérito tiver por pressuposto o julgamento de questão de estado, requerido como declaração incidente.

(B) considera-se proposta a ação, tanto que a petição inicial seja despachada pelo juiz, ou simplesmente distribuída, onde houver mais de uma vara.

(C) o processo civil começa por impulso oficial do juiz, mas se desenvolve por iniciativa das partes.

(D) até o saneamento do processo é possível modificar o pedido ou a causa de pedir, independente de anuência do réu.

(E) durante a suspensão do processo, em nenhuma hipótese, poderá ser realizado ato processual.

52. Quanto ao tempo e do lugar dos atos processuais, é correto afirmar que

(A) os atos processuais realizar-se-ão somente na sede do juízo, em toda e qualquer situação.

(B) os atos processuais realizar-se-ão em regra em dias úteis, das seis às vinte horas, podendo-se concluir após esse horário os atos iniciados antes, quando o adiamento prejudicar a diligência ou causar grave dano.

(C) a citação e a penhora podem realizar-se ordinariamente nos domingos e feriados, sem necessidade de autorização judicial expressa.

(D) durante os recessos e nos feriados praticam-se rotineiramente os atos processuais, à exceção de audiências.

(E) são feriados os sábados, os domingos os de pontos facultativos e os dias santificados, para efeitos forenses.

53. Quanto aos prazos processuais,

(A) se todas as partes estiverem de acordo, é possível reduzir ou prorrogar os prazos peremptórios.

(B) uma vez suspenso o curso do prazo por obstáculo criado pela parte, sua restituição será pelo tempo integral estabelecido pela lei ou pelo juiz.

(C) os prazos estabelecidos pela lei ou pelo juiz não são contínuos, interrompendo-se nos feriados.

(D) a superveniência de recessos não suspenderá o curso do prazo, mas o ato processual poderá ser praticado no primeiro dia útil subsequente.

(E) os atos processuais realizar-se-ão nos prazos prescritos em lei; se esta for omissa, o juiz determinará os prazos considerando a complexidade da causa.

54. No que se refere à citação processual, é correto afirmar que

(A) far-se-á por edital quando o autor for beneficiário da gratuidade judiciária.

(B) sua falta não pode ser suprida de nenhum modo, por se tratar de ato formal e solene.

(C) a citação válida torna prevento o juiz, induz litispendência e faz litigiosa a coisa; e, ainda que ordenada por juiz incompetente, constitui em mora o devedor e interrompe a prescrição.

(D) será feita por oficial de justiça, telefone, fax ou endereçamento eletrônico, desde que comprovada sua autenticidade.

(E) a citação poderá ser feita pelo correio somente nas capitais do país.

55. Na audiência,

(A) instruída a causa, e independente de sua natureza, as partes debaterão de imediato, proferindo o juiz a sentença, também nesta ocasião, necessariamente.

(B) quando o litígio versar sobre direitos patrimoniais de caráter privado, o juiz, de ofício, determinará o comparecimento das partes ao início da audiência de instrução e julgamento, a fim de tentar conciliá-las.

(C) como regra geral, tentar-se-á sempre a conciliação, salvo em causas relativas à família, nas quais a transação não é possível.

(D) os advogados das partes fixarão os pontos controvertidos, sobre os quais incidirão as provas, cabendo ao juiz efetuar as perguntas correspondentes.

(E) as provas sempre serão realizadas na ordem em que o juiz reputar mais conveniente ou oportuna.

56. Em relação ao procedimento sumário, é correto afirmar que

(A) a sentença será necessariamente proferida em audiência, após os debates finais pelas partes.

(B) o juiz designará audiência de conciliação, instrução e julgamento e nele só se poderá produzir prova oral, pois se trata de procedimento, por sua agilidade, incompatível com a prova pericial.

(C) os atos processuais serão realizados verbalmente, somente a sentença proferindo-se mediante a lavratura de termo.

(D) não há possibilidade de sua conversão para o procedimento ordinário, embora o contrário possa ocorrer.

(E) é o procedimento a ser adotado nas ações de arrendamento rural e de parceria agrícola, bem como nas que versem sobre revogação de doação, qualquer que seja o valor da causa.

57. A revelia

(A) uma vez declarada, o autor poderá, livremente, alterar a causa de pedir e o pedido formulados.

(B) induz presunção absoluta de veracidade dos fatos e do direito alegados pelo autor em face do réu.

(C) não induz o efeito de se reputarem verdadeiros os fatos afirmados pelo autor se a petição inicial não estiver acompanhada do instrumento público, que a lei considere indispensável à prova do ato.

(D) não ocorre se o litígio versar sobre direitos disponíveis pelo réu.

(E) implica que, uma vez reconhecida, o réu não poderá mais intervir no processo proposto contra ele pelo autor.

58. Quanto à produção das provas,

(A) o juiz encontra-se vinculado à prova pericial, se foi produzida por laudo elaborado por perito por ele nomeado nos autos e, portanto, de sua confiança.

(B) a confissão judicial só pode ser feita espontânea e pessoalmente pela parte confitente.

(C) o depoimento pessoal pode ser requerido pela parte contrária ou determinado de ofício, pelo juiz, em qualquer estado do processo, a fim de interrogar a parte sobre os fatos da causa.

(D) o documento, feito por oficial público incompetente, ou sem a observância das formalidades legais, mesmo que subscrito pelas partes, não terá qualquer eficácia jurídica.

(E) qualquer pessoa pode depor como testemunha, desde que maior de 18 anos.

59. Quanto aos recursos, é INCORRETO afirmar que

(A) das decisões interlocutórias cabe agravo, retido ou por instrumento.

(B) a parte, que aceitar expressa ou tacitamente a sentença ou a decisão, não poderá recorrer.

(C) a renúncia ao direito de recorrer não depende da aceitação da outra parte.

(D) o recorrente não poderá desistir dos recursos, salvo com a anuência do recorrido ou dos litisconsortes.

(E) dos despachos não cabe recurso.

60. No que tange ao cumprimento da sentença,

(A) quando houver na sentença uma parte líquida e outra ilíquida, ao credor é lícito promover simultaneamente a execução da parte líquida e, em autos apartados, a liquidação da parte ilíquida.

(B) após a condenação definitiva, o devedor será novamente citado para cumprir a obrigação, em 24 horas, mesmo que se trate de quantia certa e determinada, sob pena de penhora.

(C) é provisória a execução da sentença impugnada mediante recurso recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo.

(D) a impugnação ao cumprimento só poderá versar sobre excesso de execução e inexigibilidade do título.

(E) não sendo requerida a execução em seis meses, o juiz extinguirá o processo.

Direito Processual Penal

61. O prazo para oferecimento da denúncia, estando o réu preso, é de

(A) quinze dias.

(B) cinco dias.

(C) dez dias.

(D) oito dias.

(E) seis dias.

62. Em relação à instauração de inquérito policial, é correto afirmar que nos crimes de ação penal

(A) pública condicionada, a autoridade policial poderá instaurar inquérito policial a partir de comunicação da infração feita por qualquer pessoa do povo.

(B) privada, a autoridade policial não poderá instaurar o inquérito policial de ofício.

(C) pública condicionada, a autoridade policial poderá instaurar inquérito policial de ofício.

(D) privada, a autoridade policial poderá instaurar o inquérito policial mediante requisição do Ministério Público.

(E) privada, a requisição do Ministério Público supre a necessidade de requerimento do ofendido.

63. NÃO poderá ser arguida ou reconhecida a suspeição do juiz, caso este

(A) seja credor ou devedor de qualquer das partes.

(B) tenha aconselhado qualquer das partes.

(C) seja sócio, acionista ou administrador de sociedade interessada no processo.

(D) seja amigo íntimo ou inimigo capital do advogado de qualquer das partes.

(E) esteja respondendo a processo que tenha de ser julgado por qualquer das partes.

64. Em regra geral, o prazo para a propositura da queixa é de

(A) trinta dias, contados do dia em que instaurado o inquérito policial.

(B) trinta dias, contados do dia em que relatado o inquérito policial.

(C) seis meses, contados do dia em que o ofendido vier a saber quem é o autor do crime.

(D) trinta dias, contados da data do fato.

(E) seis meses, contados do dia em que enviados os autos do inquérito policial a juízo.

65. Em relação à ação penal privada, é correto afirmar que

(A) ocorre perempção se o querelante deixar de promover o andamento do processo por quinze dias ininterruptos.

(B) a renúncia de um dos querelantes se estende aos demais.

(C) o perdão independe de aceitação, expressa ou tácita.

(D) ocorre perempção se o querelante deixar de comparecer, sem motivo justificado, a qualquer ato do processo a que deva estar presente.

(E) esgotado o prazo para a propositura da queixa, o Ministério Público pode reassumir a causa.

66. NÃO é causa de fixação de competência jurisdicional,

(A) o lugar da infração.
(B) a natureza da infração.
(C) a distribuição.
(D) o domicílio da vítima.
(E) a prevenção.

67. Em relação aos sujeitos do processo penal, é correto afirmar que

(A) a audiência poderá ser adiada se, por motivo justificado, o defensor não puder comparecer.

(B) as partes podem intervir na nomeação do perito.

(C) o Ministério Público não pode requerer a absolvição do acusado.

(D) o assistente de acusação pode ser admitido no processo somente antes do interrogatório do acusado.

(E) o acusado foragido pode ser julgado sem defensor.

68. Em relação à instrução criminal, é correto afirmar que

(A) o juiz, recebida a denúncia, designará dia e hora para a audiência, dispensada a intimação do acusado.

(B) a denúncia será recebida mesmo quando faltar justa causa para o exercício da ação penal.

(C) o acusado, na resposta à acusação, poderá arguir apenas preliminares.

(D) o acusado, no procedimento comum sumário, tem prazo de cinco dias para responder à acusação.

(E) o juiz deverá absolver sumariamente o acusado ante a existência manifesta de causa excludente de ilicitude do fato.

69. No que toca à citação, é correto afirmar que

(A) o mandado não precisa indicar o fim para o qual é feita a citação.

(B) estando o acusado no estrangeiro, em lugar sabido, será citado mediante carta precatória.

(C) se o acusado citado por edital não comparecer, nem constituir advogado, o processo seguirá sem a sua presença.

(D) o réu preso não será citado.

(E) verificado que o réu se oculta para não ser citado, o oficial certificará e procederá à citação com hora certa.

70. A sentença, no processo penal,

(A) não comporta decretação da prisão preventiva do acusado.

(B) comporta embargos de declaração apenas no caso de omissão.

(C) será publicada em mãos do escrivão.

(D) não poderá reconhecer a reincidência caso não tenha sido alegada pelo Ministério Público.

(E) fixará valor máximo para a reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido.

71. O juiz, na sentença absolutória,

(A) mandará, sempre, por o réu em liberdade.

(B) não poderá reconhecer a inexistência do fato.

(C) não poderá ordenar a cessação das medidas cautelares e provisoriamente aplicadas.

(D) poderá aplicar medida de segurança.

(E) não reconhecerá circunstância que isente o réu de pena.

72. O procedimento será comum ordinário quando tiver por objeto a apuração de crime

(A) cuja sanção máxima cominada for igual ou superior a quatro anos de pena privativa de liberdade.

(B) punido com reclusão.

(C) cuja sanção máxima cominada for igual ou superior a três anos de pena privativa de liberdade.

(D) cuja sanção máxima cominada for inferior a quatro anos de pena privativa de liberdade.

(E) punido com detenção.

73. A suspensão, nos termos da Lei nº 9.099/95,

(A) implicará a extinção da punibilidade, caso o prazo tenha expirado sem revogação.

(B) deve ser proposta antes do oferecimento da denúncia.

(C) é incabível quando o agente tiver sido beneficiado anteriormente, no prazo de cinco anos, por outra suspensão condicional do processo.

(D) é cabível para crimes cuja pena mínima seja igual ou inferior a dois anos.

(E) será revogada apenas na hipótese de o acusado, no curso do prazo, ser condenado definitivamente em outro processo.

74. Em relação ao jurado, é correto afirmar que

(A) os jurados convocados serão intimados pessoalmente para comparecer no dia e hora designado para a reunião.

(B) o serviço do júri é facultativo.

(C) poderão ser jurados apenas cidadãos maiores de 25 anos de notória idoneidade.

(D) estão isentos do serviço do júri aqueles que o requererem, independentemente de demonstração de justo impedimento.

(E) o exercício efetivo da função de jurado estabelece presunção de idoneidade moral.

75. É cabível transação penal quando a pena máxima cominada ao delito

(A) não for superior a dois anos.
(B) não for superior a três anos.
(C) for superior a dois anos.
(D) não for superior a quatro anos.
(E) for superior a um ano.

GRUPO III

Legislação

Atenção: As questões de números 76 a 80 referem-se à Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

76. Considere os seguintes processos:

I. Ações Cautelares.

II. *Habeas Corpus.*

III. Ação Civil Pública.

IV. Mandado de Segurança.

A capa de autuação obedecerá ao padrão do Tribunal de Justiça, lançando-se etiqueta de autuação aprovada pela Corregedoria Geral da Justiça e apresentará a cor BRANCA nos processos indicados APENAS em

(A) I, II e IV.

(B) II, III e IV.

(C) II e IV.

(D) I, II e III.

(E) I e III.

77. A petição inicial do processo KG em trâmite perante a X Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital do Rio de Janeiro encontra-se apócrifa. Neste caso, considerando que a petição não possuía pedido de liminar, tampouco de antecipação dos efeitos da tutela, o serventuário da Vara deverá

(A) cadastrar a petição no sistema DCP e devolvê-la para o setor de distribuição processual, que tomará as medidas necessárias para suprir a irregularidade.

(B) remeter o processo para o setor de arquivamento cartorial, mediante carga interna em livro próprio.

(C) remeter o processo à conclusão.

(D) remeter o processo para o setor de regularização judicial, mediante carga interna em livro próprio.

(E) intimar a parte para regularizar a petição inicial, independentemente de despacho judicial.

78. O processo X não está sendo localizado pela W Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital do Rio de Janeiro. Considerando que o processo: não tem apenso; está sem movimentação processual no sistema informatizado há quatro anos; não possui remessa em aberto; não possui designação de audiência; e não está arquivado no sistema informatizado. Neste caso, esgotadas as buscas, no andamento processual do processo X deverá ser lançado

(A) "processo em aberto", desde que autorizado previamente pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

(B) "arquivamento especial", desde que autorizado previamente pelo Corregedor-Geral da Justiça.

(C) "arquivamento provisório", desde que autorizado previamente pelo Corregedor-Geral da Justiça.

(D) "processo em aberto", desde que autorizado previamente pelo Corregedor-Geral da Justiça.

(E) "arquivamento especial", independentemente de prévia autorização do Corregedor-Geral da Justiça.

79. Petição sujeita à distribuição ou anotação no distribuidor, cujo pedido de distribuição por dependência tenha sido deferido, será considerada petição de juntada

(A) ordinária.
(B) permitida.
(C) impossível.
(D) diversa.
(E) extraordinária.

80. No processo XZ foi determinado pelo Juizo competente a expedição de Alvará de Soltura para os réus A, B, C e D. Neste caso, o Escrivão do Juízo que prolatar a decisão deverá

(A) encaminhar para a Polinter, obrigatoriamente, através de Oficial de Justiça, Alvará físico para soltura dos réus A, B, C e D.

(B) enviar *e-mail* para a Polinter, sendo vedado, em qualquer hipótese, incluir mais de um réu no mesmo pedido de sarqueamento.

(C) enviar *e-mail* único para a Polinter, incluindo todos os réus no mesmo pedido de sarqueamento.

(D) enviar no mínimo dois *e-mails* para a Polinter, tendo em vista que é vedado, em qualquer hipótese, incluir mais de dois réus no mesmo pedido de sarqueamento.

(E) enviar no mínimo dois *e-mails* para a Polinter, tendo em vista que é vedado, em qualquer hipótese, incluir mais de três réus no mesmo pedido de sarqueamento.

Atenção: As questões de números 81 a 85 referem-se ao Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro.

81. Aquiles, tomou posse no cargo de Presidente do Tribunal de Justiça. Atila, filho de Aquiles, estudante de direito para entender melhor as atribuições de seu pai, resolveu estudar o Código de Organização e Divisão Judiciárias. Assim, constatou que dentre as funções específicas do Presidente está a de

(A) conceder licença aos funcionários do quadro do Tribunal de Justiça quando por prazo superior a sessenta dias.

(B) autenticar os livros da secretaria do Tribunal de Justiça.

(C) supervisionar os serviços de registro de acórdão.

(D) presidir as seções da Seção Criminal.

(E) substituir o Corregedor-Geral da Justiça.

82. Considere as seguintes Comarcas:

I. Mangaratiba

II. Casimiro de Abreu.

III. Itaperuna.

IV. Vassouras.

V. Cabo Frio.

VI. Rio das Flores

São Comarcas de segunda entrância as indicadas APENAS em

(A) II, III e IV.

(B) III, IV e V.

(C) I, II e III.

(D) IV, V e VI.

(E) I, IV e V.

83. Bárbara, estudante de direito, está fazendo uma pesquisa para a Universidade de Direito onde estuda a respeito da composição do Tribunal de Justiça. Assim, solicitou ajuda ao seu pai, Tobias, advogado militante. Tobias aconselhou Bárbara a consultar o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro. Após a pesquisa, Bárbara concluiu que o referido Tribunal possui em sua composição

(A) dois Órgãos Especiais constituídos cada um por onze membros.

(B) um Órgão Especial constituído por dezoito membros.

(C) um único Vice-Presidente.

(D) 180 desembargadores.

(E) os desembargadores distribuídos em 21 Câmaras.

84. Os magistrados que cometerem faltas estão sujeitos às sanções disciplinares de advertência, censura e demissão. Das penas impostas

(A) caberá recurso de ofício, sem efeito suspensivo, no prazo de dez dias, para o Presidente do Tribunal de Justiça.

(B) caberá recurso voluntário, com efeito suspensivo, no prazo de cinco dias, para o Órgão Especial do Tribunal de Justiça.

(C) caberá recurso voluntário, sem efeito suspensivo, no prazo de dez dias, para o Órgão Especial do Tribunal de Justiça.

(D) não caberá recurso por expressa vedação legal prevista no Código de Organização e Divisão Judiciárias.

(E) caberá recurso voluntário, sem efeito suspensivo, no prazo de quinze dias, para o Órgão Especial do Tribunal de Justiça.

85. Jonas, 29 anos de idade, pretende prestar concurso para o ingresso na magistratura de carreira. Considerando que Jonas: exerceu três anos de estágio no escritório/modelo da faculdade onde estudou; após a conclusão do curso de Direito, militou seis meses efetivamente como advogado; exerceu seis meses o cargo de analista judiciário do Tribunal de Justiça; e está há um ano exercendo o cargo público de Delegado de Polícia. Jonas

(A) não preenche o requisito de prática forense para o ingresso na magistratura de carreira porque não poderá contar o período superior ao tempo de dois anos de estágio.

(B) preenche o requisito de prática forense para o ingresso na magistratura de carreira.

(C) não preenche o requisito de prática forense para o ingresso na magistratura de carreira porque não poderá contar o período que exerceu cargo público no Tribunal de Justiça.

(D) não preenche o requisito de prática forense para o ingresso na magistratura de carreira porque não poderá contar o período que exerceu cargo público de Delegado de Polícia.

(E) não preenche o requisito de prática forense para o ingresso na magistratura de carreira porque não poderá contar o período que exerceu a advocacia.

86. Adamastor, funcionário público do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, foi nomeado para exercer cargo em comissão. Neste caso, de acordo com o Decreto nº 2.479/79, Adamastor

(A) optará pelo vencimento do cargo em comissão ou pela percepção do vencimento e vantagens do seu cargo efetivo acrescida de uma gratificação correspondente a 70% do valor fixado para o cargo em comissão.

(B) optará pelo vencimento do cargo em comissão ou pela percepção do vencimento e vantagens do seu cargo efetivo sem qualquer acréscimo.

(C) optará pelo vencimento do cargo em comissão ou pela percepção do vencimento e vantagens do seu cargo efetivo acrescida de uma gratificação correspondente a 30% do valor fixado para o cargo em comissão.

(D) deverá obrigatoriamente receber a remuneração do seu cargo efetivo.

(E) deverá obrigatoriamente receber a remuneração do cargo em comissão.

87. Menelau, serventuário do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, percebe Adicional de Padrão Judiciário – APJ. De acordo com a Lei Estadual nº 4.620/05, esse adicional corresponde a

(A) setenta por cento sobre o salário mínimo nacional.

(B) setenta por cento sobre o valor do vencimento de seu cargo.

(C) cem por cento sobre o valor do vencimento de seu cargo.

(D) cinquenta por cento sobre o valor do vencimento de seu cargo.

(E) oitenta por cento sobre o salário mínimo nacional.

---

88. Processo administrativo disciplinar apurou que Cassandra, funcionária pública do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, ausentou-se do seu serviço, sem causa justificada, por sessenta dias interpoladamente, durante o período de doze meses. Sua vizinha, Catrina, também funcionária pública do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, está agindo com desídia no cumprimento dos seus deveres. De acordo com o Decreto nº 2.479/79, Cassandra e Catrina estão sujeitas a penalidade de

(A) suspensão de até 30 dias.

(B) demissão e suspensão de até 60 dias, respectivamente.

(C) suspensão de até 90 dias.

(D) demissão.

(E) suspensão de até 60 dias e demissão, respectivamente.

---

89. Segundo a Lei Estadual nº 4.620/05, para o provimento dos cargos em comissão, de direção, chefia e assessoramento, será reservado, exclusivamente, para os serventuários ativos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, o mínimo de

(A) vinte por cento, integrando esta reserva os cargos em comissão de assessoramento direto a desembargador.

(B) setenta e cinco por cento, não integrando esta reserva os cargos em comissão de assessoramento direto a desembargador.

(C) sessenta por cento, integrando esta reserva os cargos em comissão de assessoramento direto a desembargador.

(D) cinquenta e cinco por cento, integrando esta reserva os cargos em comissão de assessoramento direto a desembargador.

(E) trinta e cinco por cento, não integrando esta reserva os cargos em comissão de assessoramento direto a desembargador.

---

90. Considere:

I. Afastamento por dez dias em razão de luto.

II. Estudo no exterior ou em qualquer parte do território nacional desde que de interesse para a Administração e não ultrapasse o prazo de 12 meses.

III. Prestação de prova ou exame em concurso público.

IV. Recolhimento à prisão, se absolvido afinal.

De acordo com o Decreto-Lei nº 220/75, considerar-se-á em efetivo exercício o funcionário afastado pelos motivos indicados APENAS em

(A) II e IV.

(B) I, III e IV.

(C) III e IV.

(D) II, III e IV.

(E) I e II.